Proc. TC-001.278/2014-2
Município de Matinha/MA
Tomada de Contas Especial

Excelentíssima Senhora Ministra-Relatora

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão da impugnação parcial da prestação de contas do Convênio 1.251/2005, cujo objeto era dar apoio técnico e financeiro ao Município de Matinha/MA para a aquisição de equipamento e material permanente, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. No âmbito deste Tribunal, foi citado o Sr. Marcos Robert Silva Costa, ex-prefeito municipal, para apresentar alegações de defesa quanto ao débito resultante da não localização de dois equipamentos, a seguir descritos, irregularidade constatada por ocasião de visitas *in loco* efetuadas no município por técnicos da entidade concedente (relatórios datados de 4/8/2006 - peça 1, p.113-130, e de 19/7/2007 - peça 2, p. 8-37):

- a) grupo gerador a diesel, no valor de R\$ 35.721,00;
- b) processadora de raio-X, no valor de R\$ 19.150,00.

3. A Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA) analisou as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Marcos Costa e concluiu por sua rejeição (peça 13).

4. Para a unidade técnica, não poderiam ser acatadas a defesa do ex-prefeito, que centrou sua argumentação na tese de que a não localização dos equipamentos mencionados constituiria “irregularidades de cunho formal” (item 8 das alegações de defesa – peça 12), bem como “impropriedades” e “equivocos que não comprometem a fiscalização por parte do Ministério da Saúde dos recursos financeiros repassados e aplicados” (item 9 das alegações de defesa – peça 12).

5. Assim, a Secex/MA entendeu que o ex-prefeito deveria ter suas contas julgadas irregulares, por não ter comprovado a boa e regular gestão dos recursos do FNS que, supostamente, serviram para a aquisição do grupo gerador e da processadora de raio-X. Foi sugerida, ainda, a condenação em débito do Sr. Marcos Costa, com a consequente aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992.

6. De modo algum pode ser aceita a tese defendida pelo ex-prefeito, de que a não localização de bens que deveriam ter sido adquiridos com recursos do FNS e empregados em benefício da coletividade, mas que não foram apresentados à fiscalização da entidade concedente, constituiria mera impropriedade.

7. A demonstração da efetiva existência do grupo gerador e da processadora de raio-X seria a única forma de afastamento do débito, visto que restou comprovada a aquisição e o recebimento desses equipamentos por parte da Prefeitura Municipal de Matinha (vide nota fiscal emitida em 1º/1/2006, com atesto de recebimento, à peça 1, p. 185).

8. Tendo em vista os argumentos anteriormente expostos, manifesto minha concordância com relação à proposta da Secex/MA (peça 13).

Brasília, em 24 de novembro de 2014.

Sergio Ricardo Costa Caribé
Procurador